



Candidatos apresentam ações para infância

Da ampliação de creches ao fortalecimento do ensino técnico, os concorrentes ao Palácio do Buriti destacam as prioridades voltadas a crianças e adolescentes no DF. Especialistas alertam sobre a questão das desigualdades regionais

» LETÍCIA MOUHAMAD

Um em cada quatro residentes do Distrito Federal é criança ou adolescente, dos quais 60,8% correspondem à faixa etária de 0 a 11 anos e 39,2%, aos de 12 a 18 anos. É o que indica o levantamento “Retratos do Distrito Federal: crianças e adolescentes”, produzido pelo Instituto de Pesquisa e Estatística do DF (IPEDF) e divulgado em outubro de 2025, com base nos dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios Ampliada (PDAD-A 2024).

Na ocasião da pesquisa, os resultados mostraram que aspectos como saúde, educação, conectividade, inserção no trabalho e condições domiciliares “estavam fortemente associados ao nível de renda, ao local de residência e à raça/cor”. As evidências destacaram a necessidade de políticas públicas voltadas a esse público, com ações que promovam bem-estar, proteção e oportunidades.

A menos de 20 dias para o primeiro turno das eleições, essas questões continuam urgentes, de vagas em creches à cobertura vacinal. Por isso, além de questionar as propostas dos concorrentes ao Palácio do Buriti, o **Correio** conversou com especialistas em políticas públicas para a infância e juventude a fim de mapear quais são — e quais deveriam ser — as prioridades dos postulantes no que diz respeito às crianças e aos adolescentes.

Foco no ensino integral

A governadora e candidata à reeleição, Celina Leão (PP), estrutura suas propostas a partir do acompanhamento contínuo da população jovem, integrando desde o suporte inicial na gestação até a inserção no mercado de trabalho. “Acredito que cuidar do futuro começa na primeira infância. Por isso, estamos apoiando as famílias desde a gestação, ampliando a educação em tempo integral e criando o (programa) Primeiras Letras, para que toda criança termine o 2º ano sabendo ler e escrever”, declara.

Na transição para a juventude, a candidata aposta na capacitação profissional e na ampliação de oportunidades sociais. “Vamos acompanhar essa criança até a juventude, abrindo portas para o primeiro emprego com o Primeiro Sim e para a formação profissional com o Trampo Novo, além de ampliar oportunidades no esporte e na cultura”, acrescenta. O compromisso, segundo Celina, é de que cada criança e jovem do DF tenham “oportunidade de sonhar e, principalmente, condições para realizar”.

O ex-governador e candidato José Roberto Arruda (PSD) estabelece a expansão escolar como eixo central, mas direciona suas propostas ao fornecimento de serviços essenciais dentro das unidades de ensino. “É essencial ter vagas em creches para todos, para que os responsáveis, principalmente as mães, possam trabalhar com tranquilidade”. Para a educação básica, fundamental e média, o concorrente ao Buriti promete entregar escolas em tempo integral, reformadas, com ensino bilíngue e cinco refeições diárias.

Arruda destaca a retomada de projetos assistenciais e a construção de infraestrutura para afastar os jovens da vulnerabilidade. “Vamos voltar com os programas Bolsa Universitária, Ciência em Foco e Dentista nas Escolas. Esporte é parte da socialização dos jovens, por isso vamos construir novos 12 centros olímpicos para manter jovens próximos de uma atividade extracurricular e longe da criminalidade”, complementa.

Alinhado ao objetivo de zerar a fila na educação infantil, Leandro Grass (PT) foca na infraestrutura física e propõe metas quantitativas com apoio federal. “Para a primeira infância, meu compromisso é



zerar a fila das creches, construindo 100 unidades com a ajuda de programas federais. Na escola, vou levar a educação integral em tempo integral, com cultura, esporte e qualificação para os jovens”, afirma.

Para a faixa etária mais elevada, o candidato reforça o suporte financeiro e a descentralização do acesso a serviços nas periferias. “Para os jovens, vou implementar o programa Juventude com Futuro, garantindo o primeiro emprego, bolsa-formação e estágio. Além de proporcionar mais acesso à cultura e ao esporte na própria região em que vivem”, ressalta Grass.

Primeiro emprego

A candidata pelo PSDB, Paula Belmonte, defende a articulação entre diferentes áreas da gestão para garantir o suporte às famílias. “Nosso plano de governo prevê ampliação de creches e uma rede integrada de cuidado que una educação, saúde, assistência e proteção às famílias. Vamos implementar a educação integral de verdade, com alimentação de qualidade, esporte, cultura, tecnologia e idiomas dentro da jornada escolar”, enfatiza.

Na fase de transição para o mercado de trabalho, Paula propõe adequar o ensino técnico ao perfil econômico local. “Para os jovens, vamos fortalecer o ensino técnico e profissional, aproximando a formação das vocações de cada região e do mercado de trabalho”, diz. O objetivo, segundo ela, é garantir oportunidades para que crianças e jovens desenvolvam talentos e “construam o próprio futuro”, pontua.

O fortalecimento do ensino técnico é

prioridade para Kiko Caputo (Novo), que propõe o acompanhamento pedagógico contínuo desde os primeiros anos de vida. “Na primeira infância, vamos ampliar as vagas em creches e pré-escolas, priorizar a alfabetização e acompanhar de perto o desenvolvimento e a aprendizagem de cada criança”, propõe.

Para a juventude, o candidato prevê ampliar o ensino técnico e tecnológico, criar o programa Passaporte de Talentos e Futuro e aproximar a formação das oportunidades de trabalho. “Também vamos criar caminhos para a primeira experiência profissional, com estágios e programas de primeiro emprego, além de ampliar o esporte no contraturno escolar”, explica Caputo.

Em relação à primeira infância, Ricardo Cappelli (PSB) pretende priorizar a atenção perinatal e o atendimento nas maternidades públicas. “Temos que resolver o problema das maternidades no DF. Não é possível que a gente tenha bebês e mães morrendo por falta de atendimento, por negligência e por incompetência. Nós também vamos zerar o deficit de vagas em creches”, sustenta.

Além de defender a escola em tempo integral como apoio às mães, Cappelli enfatiza a valorização do magistério e a descentralização de espaços públicos para a juventude. “Temos hoje o pior Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) do ensino médio do Brasil. Precisamos reverter isso contratando professores efetivos, zerando banco, fazendo concursos, garantindo o maior salário do Brasil para

os professores”, descreve. Cappelli promete criar equipamentos de esporte e cultura e acesso à tecnologia.

Mais compreensão

Para Robert Lamas, professor de direito do Ceub e especialista em psicopedagogia, falta às propostas dos postulantes ao GDF a compreensão da primeira infância como uma política de redução das desigualdades regionais, e não apenas como uma pauta assistencial.

“Em geral, aparece o discurso de ‘ampliar creches’, mas sem explicar onde, com quais recursos e com qual padrão de qualidade. Quase ninguém aborda a questão a partir do recorte por região administrativa, que é justamente onde a desigualdade se manifesta de maneira mais concreta”, justifica.

No DF, segundo Lamas, há dois cenários diferentes dentro de um mesmo território: a universalização do ensino no Plano Piloto e o deficit educacional nas regiões periféricas. “Vaga em creche é um direito exigível. Não se trata de uma promessa de campanha, mas de uma obrigação legal”, diz o professor, acrescentando que o grande desafio não é apenas abrir vagas, mas garantir um padrão pedagógico mais sólido.

“Construir CEPs (Centros de Educação da Primeira Infância) demanda tempo, mas garante um padrão pedagógico mais sólido. A parceria com a rede privada responde mais rapidamente, mas, sem a devida fiscalização, corre o risco de criar uma ‘colcha de retalhos’ pedagógica”, alerta.

Outra fragilidade apontada pelo

docente é a falta de comunicação entre os serviços públicos nas periferias. “Hoje, uma criança de 2 anos na Estrutural precisa da creche, da Unidade Básica de Saúde e do Cras, mas esses três sistemas praticamente não se conversam. Cada um opera com a sua própria ficha. Embora o Marco Legal da Primeira Infância preveja essa intersetorialidade, a integração não existe na prática”, adverte.

Como solução, o especialista defende a criação de um comitê gestor na Casa Civil e um prontuário único de zero a 6 anos: “Sem essa busca ativa conjunta, o governo continuará perdendo janelas cruciais de desenvolvimento que não voltam mais”.

Invisibilidade

Mestra em ciência política pela Universidade de Brasília (UnB), Evelyn Apolinária ressalta que as propostas eleitorais costumam limitar as demandas da infância e juventude ao ambiente escolar, ignorando vulnerabilidades sociais mais amplas.

“Há uma série de habilidades em esporte, lazer e arte que ficam negligenciadas porque as famílias de baixa renda não conseguem arcar com esses custos. Além disso, enfrentamos urgências como a gravidez na adolescência, que atingiu 2 mil jovens de 14 a 18 anos no DF em 2024, sendo 65,8% delas negras”, aponta.

Evelyn, que participou da consolidação do levantamento “Retratos do Distrito Federal: crianças e adolescentes”, destaca que o debate eleitoral precisa encarar os dados de dependência da rede pública de saúde e a queda na cobertura vacinal. “Cerca de 88% das crianças de regiões de baixa renda no DF dependem exclusivamente do SUS. Se a cobertura de vacinas essenciais cai, o impacto é direto nessas famílias, perpetuando um ciclo de vulnerabilidade”.

Outro indicador preocupante para a cientista política trata do trabalho infantil e juvenil, que atinge 11,2% dos adolescentes de 14 a 18 anos na capital, “forçando-os a abandonar os estudos para compor a renda familiar”, diz, ao defender propostas de estado de longo prazo em vez de promessas imediatistas de campanha.

Planejamento

O professor da UnB e coordenador do Núcleo de Estudos da Infância e da Juventude (NEIJ/UnB), Assis da Costa Oliveira, pontua que o DF possui arcabouço normativo avançado — como o Plano Distrital pela Primeira Infância —, mas falha em transformar os R\$ 7,2 bilhões empenhados no Orçamento Criança e Adolescente (OCA) em resultados concretos nas periferias.

“O desafio central não é apenas gastar mais, mas saber quem está sendo alcançado e quem continua excluído. Crianças e adolescentes não votam e acabam invisibilizados nos discursos gerais sobre saúde ou mobilidade, descumprindo o princípio constitucional da prioridade absoluta”, argumenta.

Assis defende que o próximo governador trate a pauta como uma dimensão transversal gerida no centro do governo, reinstituindo instâncias como o Comitê de Participação Adolescente e o Comitê Intersetorial da Primeira Infância.

“Precisamos olhar para a infância por meio da diversidade territorial e de novos desafios urgentes, como o impacto das mudanças climáticas no Cerrado — que afeta a saúde respiratória e o acesso ao saneamento no período de seca —, além do direito à cidade. Políticas de transporte, parques públicos e segurança pública também são, fundamentalmente, políticas de proteção à infância e à juventude”, ressalta o coordenador do NEIJ.